

Associações internacionais de engenheiros civis criam mecanismos de cooperação

Braga, Portugal 14/03/2013 22:04 (LUSA)

Braga, 15 mar (Lusa) - As Associações Profissionais de Engenheiros Civis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana acordaram hoje estabelecer "mecanismos de cooperação" na avaliação de competências e mobilidade de engenheiros nos países em causa.

Em declarações à agência Lusa, no final do 4.º Encontro daquela organização, que decorreu em Braga, o bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Ramos, explicou que na base do acordo está o "papel determinante" da profissão de engenheiro civil no desenvolvimento económico e social de uma sociedade.

No documento redigido no final do encontro são referidas as "transformações profundas" na economia dos países envolvidos que, segundo Carlos Ramos, "representam uma oportunidade" para o setor em Portugal.

"A engenharia civil não tem fronteiras. O conhecimento que temos, que adquirimos na infraestruturação do nosso país pode, e deve, ser exportado para estes países, nos quais terá grande utilidade", referiu.

No mesmo sentido, reconhece o texto que "a dinâmica socioeconómica atualmente registada em muitos destes territórios, com elevadas taxas de crescimento, sinaliza o potencial que muitos destes países evidenciam".

Segundo o bastonário, "o papel do engenheiro civil é determinante para no desenvolvimento de estratégias para melhoria dos serviços e condições de vida destes países".

Carlos Ramos destacou a importância das resoluções aprovadas, porque, explicou, "vão contribuir para homogeneizar critérios de mobilidade entre os países", assim como a "partilha de informação sobre legislação e reais condições de trabalho".

Por isso, as Associações Profissionais de Engenheiros Civis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana acordaram "analisar o enquadramento do exercício e das competências profissionais exigidas em cada um dos países, com vista a estabelecer critérios objetivos de reconhecimento mútuo com vista à mobilidade dos engenheiros civis".

O documento aponta ainda uma articulação entre os profissionais da área e as instituições de ensino superior para "assegurar, no corpo docente, a presença de engenheiros experientes no exercício profissional nas diversas especializações".

As associações pretendem também "fortalecer as relações com as empresas e as instituições de ensino superior com o objetivo de criação de estágios profissionais que permitam a integração de jovens estudantes ou recém-formados em ambiente de desenvolvimento da sua profissão".

O acordo foi assinado por representantes de ordens dos engenheiros e instituições da área de Portugal, Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Moçambique, Panamá e Porto Rico.

JYCR // PNG Lusa/Fim

